



ESAF
Escola de Administração Fazendária



Tribunal de Contas da União

Concurso Público - 2005/2006

Gabarito

3

Cargo: ANALISTA DE CONTROLE EXTERNO
Área: Controle Externo

Prova Objetiva 2

Nome: _____ N. de Inscrição _____

Instruções

- 1- Escreva seu nome e número de inscrição, de forma legível, nos locais indicados.
- 2- Verifique se o **Número do Gabarito**, colocado na quadrícula acima, é o mesmo constante do seu CARTÃO DE RESPOSTAS e da etiqueta colada na carteira escolar; esses números deverão ser idênticos, sob pena de prejuízo irreparável ao seu resultado neste processo seletivo; qualquer divergência, **exija do Fiscal de Sala um caderno de prova cujo número do gabarito seja igual ao constante do seu CARTÃO DE RESPOSTAS.**
- 3- O CARTÃO DE RESPOSTAS tem, obrigatoriamente, de ser assinado. Esse CARTÃO DE RESPOSTAS não poderá ser substituído, portanto, não o rasure nem o amasse.
- 4- Transcreva a frase abaixo para o local indicado no seu CARTÃO DE RESPOSTAS em letra *cursiva*, para posterior exame grafológico:
“Só podemos dar aquilo que temos em nós mesmos”.
- 5- DURAÇÃO DA PROVA: **3 horas**, incluído o tempo para o preenchimento do CARTÃO DE RESPOSTAS.
- 6- Na prova há **46 questões** de múltipla escolha, com cinco opções: a, b, c, d e e.
- 7- No CARTÃO DE RESPOSTAS, as questões estão representadas por seus respectivos números. Preencha, **FORTEMENTE**, com caneta esferográfica (tinta azul ou preta), toda a área correspondente à opção de sua escolha, sem ultrapassar seus limites.
- 8- Será anulada a questão cuja resposta contiver emenda ou rasura, ou para a qual for assinalada mais de uma opção. Evite deixar questão sem resposta.
- 9- Ao receber a ordem do Fiscal de Sala, confira este CADERNO com muita atenção, pois nenhuma reclamação sobre o total de questões e/ou falhas na impressão será aceita depois de iniciada a prova.
- 10- Durante a prova, não será admitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, tampouco será permitido o uso de qualquer tipo de equipamento (calculadora, tel. celular etc.).
- 11- Por motivo de segurança, somente durante os trinta minutos que antecedem o término da prova, poderão ser copiados os seus assinalamentos feitos no CARTÃO DE RESPOSTAS, conforme subitem 6.9 do edital regulador do concurso.

Boa prova!

Escola de Administração Fazendária
Rodovia BR 251 Km 04 - Brasília-DF
www.esaf.fazenda.gov.br

ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

01- No que diz respeito ao conceito de orçamento público e princípios orçamentários, identifique a opção incorreta.

- a) O orçamento público é uma lei de iniciativa do Poder Executivo, que estabelece as políticas públicas para o exercício a que se referir.
- b) São impositivos nos orçamentos públicos os princípios orçamentários.
- c) Segundo o princípio da unidade, o orçamento público deve constituir uma única peça, indicando as receitas e os programas de trabalho a serem desenvolvidos pelos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.
- d) O orçamento deve ser elaborado e autorizado para um exercício financeiro, coincidente com o ano civil.
- e) O orçamento público deve manter o equilíbrio entre as receitas fixadas e as despesas estimadas.

02- Com relação ao histórico das atividades orçamentárias no Brasil, identifique a opção falsa.

- a) Foi a Lei de Responsabilidade Fiscal, de 4/5/2000, que estabeleceu pela primeira vez, os princípios de transparência orçamentária.
- b) Em 1926, por meio de uma reforma na Constituição, foi realizada a transferência da elaboração da proposta orçamentária para o Poder Executivo.
- c) Foi criado em 1964, o cargo de Ministro Extraordinário do Planejamento e Coordenação Econômica, com atribuição, entre outras, de coordenar a elaboração e execução do Orçamento Geral da União e dos orçamentos dos órgãos e entidades subvencionadas, harmonizando-os com o plano nacional de desenvolvimento econômico.
- d) É de 1964 a Lei n. 4.320 que traçou os princípios orçamentários no Brasil e é ainda hoje, a principal diretriz para a elaboração do Orçamento Geral da União.
- e) As primeiras Constituições Federais, de 1824 e 1891, não tratavam diretamente da questão orçamentária.

03- O orçamento-programa é entendido como o plano de trabalho do governo no qual são especificadas as proposições concretas que se pretende realizar durante o ano financeiro. Assinale a única opção incorreta em relação a orçamento-programa.

- a) A integração planejamento-orçamento é característica do orçamento-programa.
- b) O orçamento-programa identifica programas de trabalho, objetivos e metas, compatibilizando-os com os planos de médio e longo prazos.
- c) O orçamento-programa é o processo de elaboração do orçamento em que é enfatizado o objeto de gasto.
- d) Orçamento-programa informa, em relação a cada atividade ou projeto, quanto vai gastar, para que vai gastar e por que vai gastar.
- e) Processo de elaboração do orçamento-programa é técnico e baseia-se em diretrizes e prioridades, estimativa real de recursos e cálculo real das necessidades.

04- No Brasil, o Plano Plurianual (PPA) é componente básico do planejamento estratégico governamental. Na definição do objetivo e da natureza específicos da planificação estratégica, o governo deve por em realce quatro elementos principais. Identifique a opção que não é pertinente.

- a) A importância da reflexão, essencialmente qualitativa, no futuro a longo prazo.
- b) A concentração da análise dos fatores essenciais das atividades-fins da administração pública.
- c) A natureza estratégica das decisões a tomar, decisões que comprometem de modo quase irreversível o futuro da Nação.
- d) O melhoramento do desempenho gerencial da administração pública.
- e) O predomínio do processo sobre os planos que dele derivam.

05- No que se refere à matéria orçamentária, a Constituição de 1988, em seu artigo 165, determina que leis de iniciativa do Poder Executivo estabeleçam o Plano Plurianual, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais. Identifique a opção falsa com relação ao tema.

- a) A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) consiste na lei que norteia a elaboração dos orçamentos anuais, compreendidos o orçamento fiscal, o orçamento de investimento das empresas estatais e o orçamento da seguridade social.
- b) A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), sob forma de projeto, deve ser encaminhada pelo Poder Executivo ao Poder Legislativo, na esfera federal, até oito meses e meio antes do encerramento do exercício financeiro (15 de abril) e devolvida para sanção até o final do primeiro período da sessão legislativa (30 de junho).
- c) O Plano Plurianual corresponde a um plano, por meio do qual se procura ordenar as ações do governo que levem ao alcance dos objetivos e das metas fixados para um período de três anos.
- d) A Lei Orçamentária Anual (LOA) objetiva viabilizar a realização das ações planejadas no Plano Plurianual e transformá-las em realidade.
- e) A Lei do Orçamento, sob forma de projeto, deve ser encaminhada, no âmbito federal, até quatro meses antes do encerramento do exercício financeiro (31 de agosto) e devolvida para sanção até o final da sessão legislativa.

06- Para cumprir seus objetivos a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) atribuiu novas e importantes funções à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e à Lei Orçamentária Anual (LOA). Identifique a opção falsa em relação às exigências da LRF no tocante à LOA.

- a) Demonstrativo da compatibilidade do orçamento com as metas da LDO previstas no respectivo Anexo de Metas Fiscais.
- b) Previsão de reserva de contingência, em percentual da Receita Corrente Líquida (RCL), destinada ao pagamento de passivos contingentes, além de outros imprevistos fiscais.
- c) Demonstrativo de efeitos sobre receitas e despesas decorrentes de anistias, isenções e subsídios.
- d) Quantificação do resultado primário a ser obtido com vistas à redução do montante da dívida e das despesas com juros.
- e) Destaque do serviço da dívida (encargos mais amortizações), previsto contratualmente, e as receitas para esse fim.

07- Receitas Tributárias são receitas correntes oriundas da competência do Estado de tributar. Assim, não se pode afirmar com relação à receita tributária brasileira que

- a) as contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico podem ter alíquotas específicas ou *ad valorem* e não incidem sobre as receitas decorrentes da exportação.
- b) o Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários é um imposto regulatório de competência da União.
- c) o Salário-Educação é uma contribuição econômica que se destina a financiar parcialmente as despesas com o ensino fundamental.
- d) o Imposto sobre Produtos Industrializados é um imposto não cumulativo e não-incidente sobre os produtos industrializados destinados ao exterior.
- e) a Taxa de Utilização do Sistema de Controle de Arrecadação do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante, tem como fato gerador a utilização do Sistema Eletrônico de Controle de Arrecadação do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante.

08- Consoante o disposto na Lei Federal n. 4.320/64 a receita classificar-se-á nas seguintes categorias econômicas: Receitas Correntes e Receitas de Capital. Aponte a opção falsa com relação a esse tema.

- a) Conceitua-se como Receita Tributária a resultante da cobrança de tributos pagos pelos contribuintes em razão de suas atividades, suas rendas e suas propriedades.
- b) São Receitas Correntes as receitas tributárias, patrimonial, agropecuária, industrial, de contribuições, de serviços e diversas e, ainda, as transferências correntes.
- c) Os tributos são receitas que a doutrina classifica como derivadas.
- d) Será considerada Receita de Capital o superávit do Orçamento Corrente, segundo disposição da Lei Federal n. 4.320/64.
- e) As Receitas de Capital são as provenientes de operações de crédito, cobrança de multas e juros de mora, alienação de bens, de amortização de empréstimos concedidos, de indenizações e restituições, de transferências de capital e de outras receitas de capital.

09- Identifique a opção falsa com relação à classificação da despesa pública segundo a natureza, contida na Portaria Interministerial n. 1.630, de 4 de maio de 2001, a ser observada na execução orçamentária de todas as esferas de governo.

- a) Categoria econômica.
- b) Grupo de natureza da despesa.
- c) Modalidade de aplicação.
- d) Desdobramento obrigatório do elemento de despesa.
- e) Elemento de despesa.

10- De acordo com os tipos de créditos orçamentários, assinale a única opção falsa.

- a) O crédito especial destina-se à despesa para o qual não haja previsão orçamentária específica.
- b) O crédito extraordinário é autorizado por lei e aberto por decreto do Poder Executivo.
- c) O crédito suplementar é destinado ao reforço de dotação já existente no orçamento em vigor.
- d) Os créditos adicionais são autorizações de despesa não computadas ou insuficientemente dotadas na lei de orçamento.
- e) A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para acorrer à despesa e será precedida de exposição justificada.

11- Identifique a única opção incorreta com relação ao conteúdo de um Balanço Financeiro da Administração Pública, segundo a Lei n. 4.320/64.

- a) Contém as operações orçamentárias de receita e despesa.
- b) Contém as operações de recebimento e pagamento no período demonstrado.
- c) Contém os saldos do exercício anterior e os saldos para o exercício seguinte.
- d) Contém as operações de caráter financeiro que alteram o fluxo de caixa no período para o qual se elabora a demonstração.
- e) Contém os créditos e valores realizáveis independentemente de autorizações orçamentárias e valores numerários.

12- A Contabilidade Pública está estruturada e organizada em Sistemas específicos, como Orçamentário, Financeiro, Patrimonial e de Compensação. Assinale a única opção falsa no que tange à estrutura dos balanços públicos.

- a) O balanço patrimonial é elaborado para atender e controlar as receitas e despesas de acordo com as especificações constantes da Lei do orçamento e dos créditos adicionais.
- b) O balanço orçamentário demonstra as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas.
- c) O balanço financeiro é um quadro de contabilidade com receita e despesa, em que se distribuem entradas e saídas de numerário e se demonstram as operações de tesouraria e de dívida pública.
- d) Patrimônio público compreende o conjunto de bens, direitos e obrigações, avaliáveis em moeda corrente das entidades que compõem a administração pública.
- e) Ao se proceder à análise ou interpretação dos balanços públicos, há que se atentar sempre para as características intrínsecas relativas aos aspectos legais, regulamentares e técnicos.

13- A Lei de Responsabilidade Fiscal adotou regras referentes à Dívida Pública Fundada. Entre as opções abaixo, identifique qual a opção correta com relação à Dívida Pública Consolidada e a LRF.

- a) Integram a dívida pública consolidada os depósitos e os serviços da dívida a pagar.
- b) Integra a dívida pública consolidada da União a dívida relativa à emissão de títulos de responsabilidade do Banco Central do Brasil.
- c) Integra a dívida pública fundada o refinanciamento da dívida pública imobiliária.
- d) Integram a dívida pública fundada as dívidas de curto prazo, como os restos a pagar processados.
- e) Integra a dívida fundada o resultado de operações de caráter financeiro que se refletem no Patrimônio Financeiro.

14- A Lei de Responsabilidade Fiscal “dispõe que a destinação de recursos, para, direta ou indiretamente, cobrir necessidades de pessoas físicas ou de pessoas jurídicas deverá ser autorizada por lei específica, atender às condições estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, estar prevista no orçamento e nos créditos adicionais”. Aponte a opção que não pertence a essa regra.

- a) A concessão de empréstimos.
- b) Os financiamentos ou refinanciamentos, inclusive as respectivas prorrogações e a composição de dívidas.
- c) A concessão de subvenções.
- d) A participação em constituição ou aumento de capital.
- e) A concessão de garantias.

CONTABILIDADE E AUDITORIA

CONTABILIDADE

15- A empresa Mentescapo S/A apresentou os seguintes dados componentes de seu balanço patrimonial e demonstração de resultados do exercício de 2005 para elaboração das Demonstrações e efetivação de análise contábil (em milhares de reais):

<u>Contas</u>	<u>20x1</u>	<u>20x2</u>
Caixa e Bancos	274	242
Capital Social	3.000	3.000
Compras de Mercadorias	6.300	10.296
Depreciação Acumulada	360	840
Despesas Administrativas	2.746	2.640
Despesas Financeiras	1.000	1.340
Duplicatas a Pagar	1.560	1.080
Encargos de Depreciação	360	480
Fornecedores	1.700	1.200
Mercadorias Estoque Inicial	1.260	1.560
Móveis e Utensílios	4.800	4.800
Lucros/Prejuízos Acumulados	(120)	14
Vendas de Mercadorias	10.240	15.224

Observações:

- 1) O estoque final de mercadorias em 20x2 foi avaliado em MR\$1.700.
- 2) Não deve ser considerada nenhuma implicação de natureza fiscal ou tributária.

Ao promover-se a análise contábil dos balanços, elaborados com base nas informações acima, pode-se dizer que:

- a) A liquidez seca manteve-se inalterada de 20x1 para 20x2.
- b) A rentabilidade do capital sofreu forte declínio de 20x1 para 20x2.
- c) A liquidez imediata tem-se mantido abaixo de um décimo.
- d) A rotação dos estoques, que era de 94 dias em 20x1, tornou-se mais lenta ao passar para 60 dias em 20x2.
- e) A liquidez corrente cresceu quase 52% de 20x1 para 20x2.

16- A empresa Comércio S/A tinha um balancete expresso com as seguintes contas e saldos em 21 de dezembro de 2005:

<u>Contas</u>	<u>saldos</u>
Receitas de Vendas	R\$ 8.000,00
Custo das Mercadorias Vendidas	R\$ 4.400,00
Móveis e Utensílios	R\$ 2.000,00
Despesas Financeiras	R\$ 1.540,00
Capital Social	R\$ 1.500,00
Despesas Administrativas	R\$ 1.320,00
Mercadorias	R\$ 690,00
Fornecedores	R\$ 600,00
Caixa e Bancos	R\$ 520,00
Títulos a Pagar	R\$ 440,00
Depreciação Acumulada	R\$ 420,00
Encargos de Depreciação	R\$ 280,00
Clientes	R\$ 250,00
Lucros Acumulados	R\$ 40,00

Nos últimos 10 dias do exercício social, que terminou em 31 de dezembro, a empresa registrou os seguintes fatos contábeis:

- 1) Compra de mercadorias isentas de tributação por R\$1.200,00, aceitando duplicatas.
- 2) Pagamento do contrato de seguros de R\$ 480,00, para vigorar de dezembro/05 a maio/06.
- 3) Desconto de duplicatas no valor de R\$ 200,00, com encargos bancários de 10%.
- 4) Provisionamento para o Imposto de Renda, à alíquota de 25% sobre o lucro real, que, no caso, coincide com o resultado do exercício.

O balancete de verificação, elaborado após o lançamento dos fatos acima e antes do encerramento contábil das contas de resultado, vai evidenciar

- a) saldos devedores de R\$ 12.880,00.
- b) saldos credores de R\$ 12.500,00.
- c) passivo exigível de R\$ 2.240,00.
- d) ativo patrimonial de R\$ 4.180,00.
- e) lucro líquido do exercício de R\$ 400,00.

17- O Patrimônio Líquido da Cia. de Canto, cujo capital social está composto de cem mil ações, estava assim representado em 31.12.2005:

Capital Social	R\$ 900.000,00
Reservas de Reavaliações	R\$ 200.000,00
Reservas de Lucros	R\$ 50.000,00
Lucros Acumulados	R\$ 25.000,00

Se uma empresa com capital social de 800.000 ações, de valor nominal de R\$ 1,40 e com patrimônio líquido de R\$1.400.000,00, adquirir nove mil ações da Cia. de Canto por R\$110.000,00, estará confirmado um caso de

- a) Investimento relevante.
- b) Coligação acionária.
- c) Aquisição com deságio.
- d) Equivalência patrimonial.
- e) Controle acionário.

18- A empresa Expert S/A obteve Receita Bruta de Vendas no valor de R\$ 400.000,00 no exercício de 2005. Essas vendas são tributadas com ICMS de 17% não incidindo sobre elas nem PIS nem COFINS.

As entradas de mercadorias do período foram decorrentes de uma compra de 400 unidades, cuja nota fiscal foi paga com um cheque de R\$ 312.000,00, além de 200 unidades da mesma mercadoria, que a empresa já tinha, avaliadas em R\$ 120.000,00.

Neste tipo de mercadoria, as entradas são tributadas com ICMS de 12% e IPI de 4%, não havendo implicações com PIS ou COFINS.

As receitas foram decorrentes da venda de 60% das mercadorias, sendo os estoques avaliados pelo critério PEPS.

Considerando os dados e informações acima, pode-se dizer que a empresa obteve lucro operacional bruto de

- a) R\$ 94.400,00
- b) R\$ 97.184,00
- c) R\$106.570,00
- d) R\$101.600,00
- e) R\$116.000,00

19- Após contabilizar todas as operações de ajuste para encerramento do exercício social e elaboração dos balanços, exceto a constituição da reserva legal, a empresa Sódium S/A apresentou os seguintes elementos e respectivos valores:

Ativo total	R\$ 470.000,00
Capital Social	R\$ 110.000,00
Despesas totais	R\$ 120.000,00
Passivo Exigível	R\$ 260.000,00
Patrimônio Líquido	R\$ 210.000,00
Receitas totais	R\$ 190.000,00
Reservas de Capital	R\$ 10.000,00
Reserva Legal	R\$ 20.000,00

Para constituição da aludida reserva legal no exercício em questão, nos termos da Lei n. 6.404/76 e alterações pertinentes, a empresa deverá destinar o valor de

- a) R\$ 2.000,00
- b) R\$ 3.500,00
- c) R\$ 3.200,00
- d) R\$ 3.000,00
- e) R\$ 3.800,00

20- As informações abaixo são da Contabilidade da Cia. Carbonato e Cloro, relativas ao exercício de 2005:

01 - Vendas de mercadorias a vista		R\$ 15.000,00
02 - Compra de mercadorias a curto prazo		R\$ 4.800,00
03 - Lucro líquido do exercício		R\$ 4.500,00
04 - Pagamentos a fornecedores		R\$ 4.200,00
05 - Recebimento de clientes		R\$ 3.000,00
06 - Compra a vista de veículos para o ativo imobilizado		R\$ 2.700,00
07 - Integralização do capital social, sendo:		
- em dinheiro	R\$ 150,00	
- em mercadorias	R\$ 1.200,00	
- em móveis e utensílios para o escritório	<u>R\$ 600,00</u>	R\$ 1.950,00
08 - Compra a prazo (160 dias) de móveis para o escritório		R\$ 1.650,00
09 - Compras de máquinas industriais a longo prazo		R\$ 1.500,00
10 - Venda de veículo a curto prazo (valor contábil = 1.500,00)		R\$ 1.350,00
11 - Pagamentos de despesas com vendas		R\$ 1.320,00
12 - Venda de participações societárias (custo = 900,00)		R\$ 1.300,00
13 - Empréstimos tomados a longo prazo		R\$ 1.200,00
14 - Pagamento de empréstimos a longo prazo		R\$ 900,00
15 - Depósitos Bancários		R\$ 900,00
16 - Pagamentos de despesas administrativas		R\$ 800,00
17 - Recebimento de empréstimos concedidos aos sócios		R\$ 450,00
18 - Dividendos distribuídos		R\$ 450,00
19 - Empréstimos concedidos a empresas coligadas		R\$ 300,00
20 - Despesas com depreciações e amortizações		R\$ 300,00
21 - Reversão de reservas para contingências		R\$ 180,00
22 - Pagamento de empréstimos a curto prazo		R\$ 150,00
23 - Empréstimos tomados a curto prazo		R\$ 143,00

A partir das operações acima, pode-se afirmar que o Capital Circulante Líquido da empresa aumentou em

- a) R\$ 4.380,00
- b) R\$ 4.200,00
- c) R\$ 4.800,00
- d) R\$ 4.980,00
- e) R\$ 5.100,00

21- De acordo com o que dispõe o art. 35 da Lei n. 4.320/64, conclui-se que o regime contábil adotado pela Contabilidade Pública em nosso País é

- a) de caixa, para receitas e despesas.
- b) de competência, para receitas e despesas.
- c) misto, sendo de competência para as receitas e de caixa para as despesas.
- d) misto, sendo de caixa para as receitas e despesas correntes, e de competência para as receitas e despesas de capital.
- e) misto, sendo de caixa para as receitas e de competência para as despesas.

22- Assinale a opção que aponta a correta correlação entre as colunas:

- | | |
|-----------------|---|
| | () ato emanado de autoridade competente que cria para o estado obrigação de pagamento, pendente ou não de implemento de condição. |
| 1) lançamento | () momento em que os contribuintes comparecem perante aos agentes arrecadadores a fim de liquidarem suas obrigações para com o estado. |
| 2) arrecadação | () emissão do cheque ou ordem bancária em favor do credor. |
| 3) recolhimento | () verificação do implemento de condição, ou seja, verificação objetiva do cumprimento contratual. |
| 4) empenho | () relação individualizada dos contribuintes, discriminando a espécie, o valor e o vencimento do imposto de cada um. |
| 5) liquidação | () ato pelo qual os agentes arrecadadores entregam diariamente ao Tesouro público o produto da arrecadação. |
| 6) pagamento | |
-
- a) 1 - 3 - 6 - 5 - 4 - 2
 - b) 1 - 3 - 5 - 6 - 4 - 2
 - c) 4 - 2 - 6 - 5 - 1 - 3
 - d) 4 - 3 - 6 - 5 - 1 - 2
 - e) 5 - 2 - 3 - 1 - 4 - 6

23- No Plano de Contas da Administração Pública Federal, a classe representa o nível máximo de agregação das contas. Assinale, a seguir, a opção que exprime corretamente uma classe.

- a) Ativo circulante.
- b) Receita.
- c) Passivo circulante.
- d) Ativo realizável a longo prazo.
- e) Patrimônio líquido.

24- De acordo com a Lei n. 4.320/64, assinale a opção que indica o correto preenchimento das lacunas:

_____ demonstrará as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas.

_____ demonstrará a receita e a despesa orçamentárias, bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extra-orçamentária, conjugados com os saldos em espécie provenientes do exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte.

_____ demonstrará o Ativo Financeiro, o Ativo Permanente, o Passivo Financeiro, o Passivo Permanente, o Saldo Patrimonial e as Contas de Compensação.

_____ evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício.

- 1. O Balanço Financeiro.
- 2. O Balanço Orçamentário.
- 3. O Balanço Patrimonial.
- 4. A Demonstração das Variações Patrimoniais.

- a) 2 - 1 - 4 - 3
- b) 2 - 1 - 3 - 4
- c) 1 - 2 - 4 - 3
- d) 1 - 3 - 2 - 4
- e) 1 - 2 - 3 - 4

25- Na Contabilidade Pública, as contas do Plano de Contas são separadas em sistemas de contas independentes, visando facilitar a elaboração dos balanços e demonstrativos. Acerca de tais sistemas, assinale a opção correta.

- a) O Sistema Orçamentário está relacionado com os ingressos (entradas) e os dispêndios (saídas) de recursos, ou seja, com o registro dos recebimentos e pagamentos de natureza orçamentária e extra-orçamentária.
- b) O Sistema Financeiro registra os bens móveis, imóveis, estoques, créditos, obrigações, valores, inscrição e baixa da dívida ativa, operações de créditos, superveniências e insubsistências ativas e passivas.
- c) O Sistema Financeiro é representado pelos atos de natureza orçamentária, tais como: previsão da receita, fixação da despesa, descentralização de créditos, empenho da despesa.
- d) As contas pertencentes ao Sistema Orçamentário estão alocadas dentro do ativo e passivo compensados, sendo representadas pelos grupos 1.9.1/2.9.1 (Execução Orçamentária da Receita) e 1.9.2/2.9.2 (Execução Orçamentária da Despesa).
- e) As contas do grupo "Disponível" (Caixa, Bancos Conta Movimento, Aplicações Financeiras etc.) pertencem ao Sistema Patrimonial.

26- Com base nos dados seguintes, assinale a opção que representa o correto resultado orçamentário:

Receita corrente prevista: \$ 60
Receita corrente realizada: \$ 65
Despesa corrente prevista: \$ 60
Despesa corrente realizada: \$ 60

Receita de capital prevista: \$ 40
Receita de capital realizada: \$ 35
Despesa de capital prevista: \$ 40
Despesa de capital realizada: \$ 40

- a) Superávit do orçamento de capital de \$ 5, que deverá constituir item da receita orçamentária.
- b) Superávit do orçamento corrente de \$ 5, que deverá constituir item da receita extra-orçamentária.
- c) Superávit orçamentário de \$ 5, que deverá constituir item da receita orçamentária.
- d) Superávit do orçamento de capital de \$ 5, que deverá constituir item da receita extra-orçamentária.
- e) Superávit do orçamento corrente de \$ 5, que deverá constituir item da receita orçamentária.

AUDITORIA

27- O auditor do Tribunal de Contas da União, ao analisar uma área de licitações de contratos, com relação a se os controles internos, desta área, garantem o controle a um custo mínimo, estará efetuando uma avaliação de

- a) economicidade
- b) eficácia
- c) controle
- d) eficiência de gestão
- e) quantificação

28- O auditor, ao determinar a amostra a ser selecionada, deve considerar:

- a) um número mínimo de elementos a serem testados, independente do volume da amostra.
- b) que a amostra deva ter uma relação direta com o volume de transações realizadas pela entidade na área ou transação objeto do exame.
- c) obrigatoriamente, métodos de amostragem estatísticos e não estatísticos de forma a garantir a avaliação de todos os itens da amostra.
- d) que a amostra seja selecionada conforme critérios determinados pela área auditada e o auditor.
- e) somente elementos selecionados por métodos estatísticos, sendo necessário evidenciar suficientemente os fatos que comprovem os itens selecionados.

29- O auditor interno ao realizar o processo de avaliação das rotinas a seguir, constata que

- I. uma nota fiscal de compras de material de escritório, que o analista contábil havia guardado em sua gaveta para posterior registro, não foi lançada;
- II. em virtude de problemas no setor de faturamento da empresa, o gerente de logística, que tinha urgência em realizar a entrega da mercadoria a um cliente especial, utilizou uma nota fiscal de um outro cliente que já havia recebido a mercadoria com a mesma especificação e quantidade para atender essa urgência;
- III. o gerente de tecnologia da informação, por solicitação do departamento de contabilidade, ajustou o sistema de estoques para que, todas as vezes em que o saldo de mercadorias no sistema estiver abaixo da quantidade vendida, sejam baixados somente os itens existentes no sistema.

Com base nas considerações anteriores e de acordo com as definições convencionadas de fraude e erro, podemos afirmar que houve, respectivamente

- a) I. Fraude; II. Fraude; III. Fraude
- b) I. Erro; II. Erro; III. Fraude
- c) I. Fraude; II. Fraude; III. Erro
- d) I. Erro; II. Fraude; III. Fraude
- e) I. Erro; II. Erro; III. Erro

30- Em relação à auditoria interna pode-se afirmar que,

- a) com relação às pessoas jurídicas de direito público não é sua atribuição avaliar a economicidade dos processos, visto que o objetivo do governo é de controle, independente do valor.
- b) deve relatar as não-conformidades sem emitir opinião ou sugestões para que sejam feitas as correções ou melhorias necessárias.
- c) é seu objetivo prevenir fraudes ou roubos, sendo que sempre que tiver quaisquer indícios ou constatações deverá informar a administração, de forma reservada e por escrito.
- d) é sua atribuição aperfeiçoar, implantar e fazer cumprir as normas por ela criadas em sua plenitude.
- e) sua função é exclusivamente de validar os processos e transações realizadas, sem ter como objetivo assistir à administração da entidade no cumprimento de suas atribuições.

31- O auditor do Tribunal de Contas da União, somente com base na verificação de que a entidade auditada possui objetivos claros, orçamento adequado aos seus objetivos e a não-existência de possibilidade de comprometimento de suas atividades, pode afirmar que

- a) não oferece risco de controle do pessoal, nem de fraude ou erro nas operações da organização.
- b) na avaliação das atividades de controle, a empresa possui fatores que possam comprometer o alcance de seus objetivos.
- c) garante a informação e comunicação interna, permitindo captar e manipular as informações de forma adequada.
- d) todos os componentes do controle interno estão adequados e com o funcionamento compatível com as necessidades da empresa.
- e) na avaliação de risco, a empresa não possui fatores que possam comprometer o alcance de seus objetivos.

32- No processo de auditoria operacional do Tribunal de Contas da União, uma das metodologias utilizadas para apresentação dos dados coletados, são modelos analíticos. Assim, o modelo de Marco Lógico

- a) pressupõe a existência de um completo sistema de gestão de informações gerenciais.
- b) exemplifica como a empresa desenvolve suas atividades, detalhando todos os processos existentes.
- c) é definido pela análise dos fatores ambientais externos e internos que influenciam no negócio da empresa.
- d) estabelece procedimentos de levantamento de processos e dados para divulgação aos gestores.
- e) determina a existência de controles do ambiente e estatísticos.

CONTROLE EXTERNO DA GESTÃO PÚBLICA

33- Na maioria dos países onde existe, o sistema de controle externo é levado a termo ou pelos Tribunais de Contas (Cortes de Contas) ou pelas Auditorias-Gerais. Nesse contexto, considerando as principais distinções entre esses dois modelos de controle, assinale a opção que indica a correta relação entre as colunas:

- | | | |
|------------------------|--------------------------|---|
| | <input type="checkbox"/> | São órgãos colegiados. |
| | <input type="checkbox"/> | Podem ter poderes jurisdicionais. |
| 1) Tribunais de Contas | <input type="checkbox"/> | Podem estar integrados ao Poder Judiciário. |
| 2) Auditorias-Gerais | <input type="checkbox"/> | Proferem decisões monocráticas. |

- a) 1 – 1 – 1 – 2
- b) 2 – 2 – 2 – 1
- c) 1 – 1 – 2 – 2
- d) 2 – 1 – 2 – 1
- e) 1 – 2 – 1 – 2

34- Nos termos da Constituição Federal, pode-se afirmar que

- a) as Constituições estaduais disporão sobre os Tribunais de Contas respectivos, que serão integrados por sete conselheiros.
- b) a titularidade do Controle Externo, no Brasil, pertence ao Tribunal de Contas da União.
- c) as decisões do TCU não se submetem a controle judicial.
- d) os Ministros do Tribunal de Contas da União têm as mesmas garantias, prerrogativas, impedimentos, vencimentos e vantagens dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.
- e) o Tribunal de Contas da União – TCU – é órgão vinculado ao Senado da República.

35- Sobre o controle de constitucionalidade exercido pelo Tribunal de Contas da União, pode-se afirmar que

- a) o Tribunal de Contas da União tem legitimidade para entrar com uma Adin – Ação Direta de Inconstitucionalidade – no Supremo Tribunal Federal.
- b) o TCU não pode realizar controle difuso da constitucionalidade de leis.
- c) o Tribunal de Contas da União, no âmbito de suas atribuições, pode examinar a constitucionalidade de lei e declará-la inconstitucional, com o fito de afastá-la de aplicação em um caso concreto.
- d) o controle abstrato de constitucionalidade realizado pelo TCU gera efeitos *ex tunc*.
- e) não cabe controle incidental de constitucionalidade pelo TCU, mesmo quando examinando aplicação de lei por órgão jurisdicionado.

36- Sobre o Controle Externo no Brasil, assinale a opção correta.

- a) Um Tribunal de Contas Estadual não poderá julgar contas relativas a município, mesmo que este esteja dentro do território de sua Unidade da Federação.
- b) Um determinado município, caso não possua Tribunal de Contas próprio, não poderá criá-lo.
- c) Os ministros do TCU devem ser brasileiros natos.
- d) O auditor, ou Ministro-Substituto, do Tribunal de Contas da União é aposentado compulsoriamente aos 75 (setenta e cinco) anos de idade.
- e) Empresas de Economia Mista não se sujeitam à fiscalização do TCU.

37- Sobre as competências do Tribunal de Contas da União, não se pode afirmar que àquela Corte de Contas compete, na forma estabelecida no seu Regimento Interno e em sua Lei Orgânica

- a) fiscalizar as contas nacionais das empresas supranacionais de cujo capital social a União participe, de forma direta ou indireta, nos termos do tratado constitutivo e na forma estabelecida em ato normativo.
- b) julgar as contas prestadas anualmente pelo presidente da República, mediante parecer a ser elaborado em noventa dias a contar do recebimento dos balanços gerais da União e do relatório do órgão central do sistema de controle interno do Poder Executivo sobre a execução dos orçamentos de que trata o § 5º do art. 165 da Constituição Federal, ou seja, o orçamento fiscal, o das estatais e o orçamento da seguridade social.
- c) fiscalizar declarações de bens e rendas apresentadas pelas autoridades e servidores públicos, nos termos da legislação em vigor e na forma definida em atos normativos específicos.
- d) propor ao Congresso Nacional a criação, transformação e extinção de cargos e funções do quadro de pessoal de sua Secretaria, bem como a fixação da respectiva remuneração.
- e) representar ao Poder competente sobre irregularidades ou abusos apurados, indicando o ato inquinado e definindo responsabilidades, mesmo as de ministro de Estado ou de autoridade de nível hierárquico equivalente.

38- Indique, entre as opções apresentadas abaixo, qual autoridade não tem legitimidade para formular consulta ao TCU, quanto à dúvida suscitada na aplicação de dispositivos legais e regulamentares concernentes a matéria de sua competência.

- a) Advogado-Geral da União.
- b) Presidente da República.
- c) Comandantes das Forças Armadas.
- d) Procurador-Geral da Fazenda Nacional.
- e) Ministros de Estado ou autoridades do Poder Executivo federal de nível hierárquico equivalente.

39- No que tange às sessões do Plenário do TCU, assinale a opção correta.

- a) Os projetos referentes a atos normativos que afetem os jurisdicionados serão apreciados em sessão reservada.
- b) O ministro que já houver proferido seu voto não poderá mais modificá-lo, mesmo que ainda não encerrado o julgamento a que este voto se refere.
- c) O auditor, mesmo quando em substituição a ministro, não vota.
- d) A última sessão ordinária do Plenário do TCU realizar-se-á na segunda quarta-feira do mês de dezembro.
- e) Terá preferência para julgamento ou apreciação o processo incluído em pauta no qual deva ser produzida sustentação oral.

40- A distribuição de processos aos ministros e auditores obedecerá aos princípios da publicidade, da alternatividade e do sorteio. No que tange à distribuição de processos entre os relatores, assinale a opção correta.

- a) O ministro ou auditor não poderá declarar o seu impedimento para relatoria de processos alegando motivo íntimo.
- b) Na hipótese de criação, desmembramento ou fusão de estado ou território federal, a composição das listas não poderá ser alterada durante o biênio de vigência do sorteio das relatorias.
- c) Caberão ao Presidente cujo mandato se encerrar as listas e os processos anteriormente sorteados para seu antecessor.
- d) Na primeira sessão ordinária do Plenário do mês de agosto, nos anos ímpares, o Presidente do TCU sorteará, para vigência a partir do primeiro dia do ano subsequente, entre os ministros e os auditores e na forma estabelecida em ato normativo, o relator de cada lista de unidades jurisdicionadas, ao qual serão distribuídos todos os processos, de qualquer classe de assunto, que derem entrada ou se formarem no Tribunal ao longo do biênio.
- e) As listas de unidades jurisdicionadas serão organizadas sob a coordenação do Vice-Presidente do TCU e, depois de aprovadas pelo Plenário, serão publicadas no Boletim do Tribunal de Contas da União.

41- Acerca do processo em geral, no âmbito do TCU, assinale a opção incorreta.

- a) São partes no processo o responsável e o interessado.
- b) Interessado é aquele que, em qualquer etapa do processo, tenha reconhecida, pelo relator ou pelo Tribunal, razão legítima para intervir no processo.
- c) Constatado vício na representação da parte, o relator fixará prazo de dez dias para que o responsável ou interessado promova a regularização, sob pena de serem tidos como inexistentes os atos praticados pelo procurador.
- d) As partes podem praticar os atos processuais diretamente ou por intermédio de procurador regularmente constituído, ou seja, advogado com registro na Ordem dos Advogados do Brasil – OAB, portador de instrumento de procuração hábil para atuar no processo.
- e) A habilitação de interessado em processo será efetivada mediante o deferimento, pelo relator, de pedido de ingresso formulado por escrito e devidamente fundamentado.

42- Acerca das decisões do TCU, compete privativamente ao Plenário deliberar originariamente sobre as seguintes matérias, exceto o que diz respeito a

- a) conflito de lei ou de ato normativo do poder público com a Constituição Federal, em matéria de competência do TCU.
- b) relatório de auditoria operacional.
- c) consulta sobre matéria de competência do TCU.
- d) denúncia.
- e) representação apresentada por empresa licitante.

43- Em relação aos instrumentos de fiscalização utilizados pelo TCU, assinale a opção que aponta a correta correlação entre as colunas.

- | | |
|--------------------|---|
| | () Verificar o cumprimento das deliberações do TCU e os resultados delas advindos. |
| | () Avaliar, ao longo de um período predeterminado, o desempenho dos órgãos e entidades jurisdicionados, quanto aos aspectos de economicidade, eficiência e eficácia dos atos praticados. |
| 1) Levantamentos | |
| 2) Auditorias | |
| 3) Inspeções | |
| 4) Acompanhamentos | |
| 5) Monitoramentos | () Suprir omissões e lacunas de informações. |
| | () Avaliar a viabilidade de realização de fiscalizações. |
| | () Subsidiar a apreciação dos atos sujeitos a registro. |

- a) 4 – 2 – 1 – 3 – 5
- b) 5 – 4 – 3 – 1 – 2
- c) 2 – 5 – 3 – 4 – 1
- d) 3 – 2 – 1 – 4 – 5
- e) 1 – 2 – 3 – 4 – 5

44- Assinale a opção correta.

- a) O Presidente do TCU é nomeado pelo Presidente da República.
- b) Os presidentes da Primeira e Segunda Câmaras do TCU votam, mas não relatam processos.
- c) O Presidente do TCU, ao deixar o cargo, volta a integrar a Câmara a que pertencia antes de assumir a presidência.
- d) O Vice-Presidente do TCU exerce as funções de corregedor.
- e) Na ausência ou impedimento do Vice-Presidente do TCU, o Presidente será substituído pelo ministro mais idoso em exercício.

45- Considerando os recursos das decisões do TCU, previstos na Lei n. 8.443/92 e no Regimento Interno do Tribunal, assinale a opção que indica a correta relação entre as colunas:

- | | |
|------------------------------|---|
| | () Correção de obscuridade, omissão ou contradição em decisão. |
| 1) Embargos de Declaração | () Despacho decisório do Presidente do TCU. |
| 2) Recurso de Revisão | () Decisão de mérito em processo de fiscalização de atos e contratos. |
| 3) Recurso de Reconsideração | () Decisão definitiva em processo de prestação de contas, com efeito suspensivo. |
| 4) Agravo | |
| 5) Pedido de Reexame | () Decisão definitiva em processo de prestação de contas, sem efeito suspensivo. |

- a) 4 – 1 – 5 – 3 – 2
- b) 4 – 1 – 2 – 3 – 5
- c) 1 – 4 – 5 – 3 – 2
- d) 1 – 4 – 5 – 2 – 3
- e) 1 – 4 – 2 – 3 – 5

46- À luz da Lei Orgânica do TCU e de seu Regimento Interno, assinale a opção incorreta.

- a) Nenhum ato será declarado nulo se do vício não resultar prejuízo para a parte, para o erário, para a apuração dos fatos pelo Tribunal ou para a deliberação adotada.
- b) Quando puder decidir do mérito a favor da parte a quem aproveitaria a declaração de nulidade, o Tribunal não a pronunciará nem mandará repetir o ato ou suprir-lhe a falta.
- c) Não se tratando de nulidade absoluta, considerar-se-á válido o ato que, praticado de outra forma, tiver atingido o seu fim.
- d) A nulidade do ato, uma vez declarada, causará a dos atos subseqüentes que dele dependam ou sejam conseqüência.
- e) Qualquer parte poderá argüir nulidade a que haja dado causa ou para a qual tenha, de qualquer modo, concorrido, exceto quando tal nulidade implicar culpa a terceiros.



Escola de Administração Fazendária

www.esaf.fazenda.gov.br



Tribunal de Contas da União